

CAPITAL SOCIAL, COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO: Um Estudo em uma Cooperativa de Crédito

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.12372>

Recebido em: 28/5/2021

Aceito em: 15/9/2022

Fabiana Regina Falkembach¹, Miltom Luiz Wittmann², Vilmar Antonio Boff³

RESUMO

O capital social relaciona-se com a confiança e altruísmo envolvendo comprometimento entre pessoas, no qual o cooperativismo se identifica como organização social assertiva para a sua ampliação e impulsiona o desenvolvimento econômico e cívico de uma comunidade (WEBERING, 2020), embora se constitua como institucionalmente complexo (SILVA; CUBRELLATE, 2019). O presente artigo analisa o cooperativismo a partir da Cooperativa de Crédito – Sicredi União, com o objetivo de verificar processos de participação aliados à cooperação dos associados relativos à: a) *sustentabilidade e desenvolvimento*; b) *capital social*; c) *transparência e comunicação* e d) *educação cooperativa*. A abordagem metodológica consistiu em um estudo de caso qualitativo exploratório-descritivo com a utilização de dados secundários e de campo obtidos por meio de entrevistas com coordenadores de núcleos da Cooperativa. Como resultados, inferiu-se que a Cooperativa, associada ao ambiente cívico das comunidades, constitui-se como um agente impulsionador do capital social por meio de laços cooperativistas entre os associados e, nesse alinhamento, proporciona a formação e o fortalecimento organizacional de projetos comunitários, embora a pesquisa tenha identificado carências relativas a melhorias em sistemas de transparência e comunicação.

Palavras-chave: cooperativas; capital social; desenvolvimento regional.

SOCIAL CAPITAL, COOPERATIVISM AND DEVELOPMENT: A STUDY IN A CREDIT COOPERATIVE

ABSTRACT

Social capital is related to trust and altruism involving commitment between people, in which cooperativism is identified as an assertive social organization for the expansion of it and drives the economic and civic development of a community (WEBERING, 2020), although it is constituted as institutionally complex (SILVA; CUBRELLATE, 2019). This article analyzes cooperativism, based on Cooperativa Sicredi União RS, with the objective of verifying processes of participation allied to the cooperation of associates related to social capital as a propelling agent of local and regional development. The methodological approach consisted of a descriptive qualitative study using secondary and field data obtained through interviews with coordinators of the Cooperative's nuclei. As a result, it was inferred that the Cooperative, associated with the civic environment of the communities, constitutes itself as a driving agent of social capital through cooperative ties between the associates, and in this alignment it provides the formation and organizational strengthening of community projects, such as: life and health; education; environmental sustainability and cultural events, although shortcomings were identified regarding improvements in the transparency and communication system and increase in partnerships between institutions

Keywords: cooperatives; social capital; regional development.

¹ Autora correspondente: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Av. Universidade das Missões, 464 – Universitário. CEP 98802-470. Santo Ângelo/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1807706687541561>. <https://orcid.org/0000-0002-1241-9699>. fabiana_szelbrackowski@sicredi.com.br

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Santo Ângelo/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6540542252982444>. <https://orcid.org/0000-0002-0305-1968>

³ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Santo Ângelo/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6528722570008462>. <https://orcid.org/0000-0002-4671-627X>

INTRODUÇÃO

A história do cooperativismo vincula-se à fundação em 1844 da cooperativa de Rochdale, no Reino Unido, da qual originaram-se os princípios cooperativistas: adesão livre; gestão democrática; retorno *pró rata* das operações; juro limitado ao capital investido; vendas a dinheiro; educação dos membros e cooperativização e que, evolutivamente, passaram à adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e preocupação com a comunidade (CUNHA *et al.*, 2020). O objeto do presente artigo enfatiza processos advindos destes princípios cooperativistas e das relações entre cooperativismo e capital social com ilações presentes no desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, abordam-se questões relativas ao capital social retratadas por Coleman (1988, 1998), Bourdieu (1986) e Putnam (1996) como componentes propulsores do desenvolvimento regional, as quais assumem um papel-chave por meio das redes e das normas de confiança social no desenvolvimento de organizações coletivas e, neste alinhamento, estas análises em organizações cooperativas constituem-se em variáveis importantes para a busca de um desenvolvimento sustentável e territorial (ALCARAZ; MONTEAGUDO; TORNO, 2021). Há, contudo, necessidades prementes, segundo Morin (2007) e Moigne (1996), em contextualizar de forma sistêmica e plural os agentes envolvidos no processo, cuja “dialética constitutiva de toda a complexidade: transforma-se funcionando e funciona transformando-se, mantendo a sua identidade” (MOIGNE, 1996, p. 2 8) aos moldes da autopoiese nas palavras de Maturana e Varela (1997). Este contexto é realçado por Silva e Crubellate (2019, p. 7), que descrevem o sistema cooperativista como “permeado por diversas lógicas institucionais e que algumas dessas estão em conflito” e múltiplas lógicas de seu ambiente organizacional.

Nesse enredo, Robert Putnam (1996) em sua obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* retrata um estudo de quase 20 anos, em que o fator pesquisado predominantemente tem sido o capital social. Segundo o autor, o capital social constituiu-se como uma das causas predominantes para que regiões que praticam o civismo sejam mais desenvolvidas que outras a partir do engajamento social. Em outros locais, carentes de capital social, a política é estruturada com menor comprometimento entre os partícipes e onde o isolamento e a fragmentação da comunidade têm como base uma cultura de individualismo e de desconfianças recíprocas.

Evidencia-se o capital social como agente propulsor do associativismo e do cooperativismo, considerando seus principais preceitos: confiança, cooperação, educação e comunicação. Nas relações cooperativas os indivíduos associam-se para obterem melhores condições de sustentabilidade econômica, social, moral e cívica, nas quais o lucro não é a essência e sim a decorrência das relações de cooperação e confiança, embora estejam inseridas em ambientes hostis próprios das suas relações organizacionais e autorreferentes (WEBERING, 2020). Segundo Oliveira (2001), as cooperativas são organizações que promovem o desenvolvimento local, pois trabalham pelo crescimento e desenvolvimento sustentável com projetos e atividades que dialogam com a comunidade. Alcaraz, Monteagudo e Torno (2021) em um estudo feito na Espanha relatam, neste alinhamento, a importância do sistema cooperativista de crédito como forma de fazer frente a turbulências financeiras e da clara vocação em estarem próximos a comunidades associativas. Webering (2020), contudo, argumenta que as cooperativas podem

sofrer um processo de degeneração pelo fato de se inserirem em ambientes de alta competitividade, o que as forçam a estabelecer parâmetros organizacionais de relações de trabalho de menores índices de democracia.

Para o desenvolvimento deste trabalho realizou-se uma pesquisa na literatura associada a documentos e entrevistas com os coordenadores de núcleos da cooperativa. No que se refere ao tema pesquisado, este se fundamenta em estratégias que promovem o aumento do capital social, bem como na maior participação da sociedade em ações de desenvolvimento sustentável local e regional.

CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital social, embora seja anunciado como um conceito relativamente novo, possui uma trajetória no campo das Ciências Sociais no qual se destacam estudos seminais, como os de Robert Putnam (1996), Fukuyama (1995), Bourdieu (1986) e Coleman (1990, 1988), entre outros. Putnam (1996) tem como base o estudo sobre a importância do capital social para o desenvolvimento sustentável. Fukuyama (1995) trabalha o conceito como desenvolvimento através de uma perspectiva social, em que confiança e cooperação são integrantes da sociedade civil, incluindo empresas, sindicatos, igrejas, clubes, associações comunitárias e ONGs. Bourdieu (1986) destaca as potencialidades vinculadas a um grupo de agentes com vínculos agregados por relações que lhe dão sustentabilidade organizacional. E Coleman (1990, 1988) enfatiza o capital social como desenvolvimento econômico, físico e humano em prol de um objetivo coletivo na obra *Social in the Creation of Human Capital* (1988), na qual introduziu a expressão “capital humano”, trazendo-a para o debate contemporâneo do desenvolvimento no âmbito da Sociologia, porém com viés econômico. Outro a se dedicar ao estudo é o Banco Mundial, o qual analisa o capital social sob uma ótica econômica, tendo inclusive questionários aplicados e estudos realizados sob esta perspectiva em vários países, com o intuito de entender a dinâmica de organização.

Coleman (1990) introduz o capital social como componente do “capital humano” que permite aos membros de uma sociedade confiar uns nos outros e cooperar na formação de novos grupos e associações. Franco (2001) relata as experiências com microcrédito, em que seus tomadores não possuem bens físicos para dar em garantia de seus empréstimos e empenham suas relações sociais, ou seja, o capital social torna-se um bem pelo fato de associar-se à credibilidade e desenvolvimento econômico e social. Sendo assim, em grupos de comunidades nos quais seus integrantes confiam mutuamente, tornam-se estes aptos a conseguir muito mais, pois trabalham em prol de objetivos comuns, em comparação a um grupo em que não existe a confiabilidade nem a cooperação.

Para Rist (2007), a confiança nasce na perspectiva da conduta constante e estável no seio de uma comunidade na qual respeito e cooperação mútua são os alicerces para as normas e diretrizes compartilhadas entre seus membros, pois o nível de confiança é intrínseco a esta comunidade, tornando o capital social uma circunstância crítica para a saúde de uma economia. Por sua vez, Fukuyama (1995) conclui que capital social se constitui na capacidade decorrente da prevalência de confiança e, neste alinhamento, quanto maior for o nível de confiança em uma comunidade, tanto maior será a probabilidade de existir cooperação entre seus membros.

Um fator importante para a consolidação de comunidades ou redes sociais é a necessidade de existir sentimentos de confiança mútua em maior ou menor escala entre as pessoas. Segundo Putnam (1993), para haver a construção dessa confiança, faz-se necessário o senso do coletivo e renúncia ao individualismo, ou seja, refere-se à capacidade que cada indivíduo tem de conviver com o outro de forma plural. O autor assegura que o capital social acaba tornando-se um bem público, ao contrário do capital convencional, que é um bem privado do indivíduo, pois a confiança fomenta o compartilhamento e a cooperação. Esta estrutura de inserção do indivíduo em ambientes que agem de forma coletiva não é propriedade particular das pessoas, pois nenhuma pessoa se beneficia dela, com a confiança sendo um componente básico do conceito de capital social (COLEMAN, 1990).

Nesse panorama de cooperação nasce uma nova indagação sobre um componente indispensável para a sua expansão, ou seja, a comunicação. Percebe-se quão importante é a qualidade da informação sobre os acontecimentos do passado para compreender e auxiliar na tomada de decisão de como podemos melhor nos adaptar a novas tendências, aumentando as probabilidades de acertos e a promoção da cooperação entre as pessoas para que ocorra o desenvolvimento. Neste por vir, é importante que seja estabelecida uma conexão entre capital social e comunicação, pois ela serve para que possamos realizar a mensuração de capital social (CARNIELO, 2010; OSTROM, 2000). Seguindo nessa linha de pensamento, Pedro Bandeira (2000) faz a seguinte afirmação:

Fazem parte do capital social, portanto, os traços culturais característicos de uma comunidade que contribuem para fazer que seus membros se tornem propensos a colaborar na solução de problemas de interesse comum. Incluem-se aí, por exemplo, as redes de relações interpessoais e os sentimentos de confiança mútua entre os indivíduos que constituem essa comunidade, que tornam possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade (2000, p. 20).

Existe, no entanto, uma linha de pensadores que, apesar da popularidade do tema capital social, são contrários a elas. Críticos como Luchmann (2003) asseguram que os padrões de capital social não superam os padrões da democracia liberal, pois quando beneficiam as correlações de confiança e reciprocidade, negligenciam um aspecto mais combativo, crítico do associativismo civil, assim como características participativas e deliberativas destes atores sociais. Entende ainda que a democracia é deliberativa e resolutiva, pois se trata de um conceito que está fundamentalmente alicerçado no pensamento de legitimidade das decisões políticas e que tais ações apenas resultam da decisão pública da coletividade de cidadãos livres e iguais.

Putnam (2000) afirma ainda que o capital social diz respeito às características da organização em sociedade, como confiança, reciprocidade, normas e sistemas, e que elas contribuem para uma melhor qualidade de vida em sociedade, simplificando as relações coordenadas. Constata, desta maneira, uma consolidação da competitividade sistêmica em que seja gerado o alicerce de personalidades que contribuem para o desenvolvimento regional. Afirma, ainda, que, onde o solo regional é produtivo, as regiões se desenvolvem, mas quando o solo é estéril as regiões acabam por esmorecer.

CRESCIMENTO OU DESENVOLVIMENTO REGIONAL?

Estudos que retratam as dicotomias entre crescimento e desenvolvimento constituem um tema recorrente nas Ciências Sociais, inexistindo um conceito que possa ser empregado como conclusivo, pois há duas correntes de pensadores. Há inspirações teóricas que consideram desenvolvimento como crescimento econômico, cujos defensores são inspirados numa visão keynesiana como Harrod, Domar e Kaldor, que definiam crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já as segundas possuem uma visão voltada para a realidade empírica, as quais analisam o crescimento como condição para que ocorra o desenvolvimento, cujos defensores são economistas como Lewis (1969), Hirschman (1983), Myrdal (1967) e Nurske (1957), dotados de raízes mais ortodoxas (SOUSA, 2005). Observa-se que há crenças de processos de industrialização focados no crescimento que não necessariamente se traduziram em melhorias na educação, saúde e qualidade de vida, além de gerarem problemas de degradação do meio ambiente (SILVA; NELSON; SILVA, 2018).

Na verdade, para discorrer sobre a questão de desenvolvimento regional, é imprescindível que se compreenda como se realiza a participação da sociedade local no planejamento consecutivo da ocupação do espaço e como será o arranjo no momento da divisão dos resultados do processo de crescimento. Boff (2008) faz uma ilação que desloca a responsabilidade do desenvolvimento para a sociedade em formas de governança, pois exige que todos os atores participem ativamente neste processo, transformando as ações de baixo para cima. Corroborando este pensamento, Bandeira (2000, p. 9) afirma que “quanto ao estilo, vem se tomando cada vez mais evidente a inadequação das ações formuladas de cima para baixo, sem envolvimento dos segmentos relevantes da sociedade civil”.

Então, como responder a questões como por que determinadas regiões crescem e se desenvolvem mais que outras que possuem condições semelhantes? Segundo Becker e Wittmann (2008), algumas regiões agem passivamente e desenvolvem um modelo próprio de desenvolvimento, enquanto outras, por si só, conseguem integrar os interesses locais, inserindo-os na dinâmica global de desenvolvimento. Os autores afirmam, ainda, que os processos de desenvolvimento regionais não são iguais, pois existe uma dinâmica de dois processos contraditórios: o da globalização, o qual gira em direção a interesses econômico-corporativos de produção e reprodução de capitais multinacionais, multissetoriais e multifuncionais, que atuam de fora para dentro, e o outro, o da regionalização dos espaços locais, que atuam de dentro para fora. Este último fenômeno pode ser explicado por fatores endógenos (de dentro para fora), definido como o modelo de desenvolvimento que passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais. Este contexto não significa que tais comunidades estão isoladas dos processos exteriores ou do âmbito nacional, mas, sim, que tais interações irão se reforçar no processo de internalização (ÁVILA, 2001).

Sob esse ponto de vista, Barquero (2002) corrobora este pensamento quando relata que o estudo do desenvolvimento endógeno nasceu na década de 90 do século 20, no sul da Europa, em pleno desenvolvimento industrial, quando as principais propostas de projetos de desenvolvimento foram “de baixo para cima”. Começa, então, a se ter aqui o entendimento do real motivo de determinadas regiões que possuem as mesmas condições de fatores produtivos, como capital humano e financeiro, se desenvolvam e crescem de formas tão diferentes. Nesse sentido, a contribuição mais relevante da teoria endogenista é a de que princípios como capital

social, capital humano e capital imaterial poderiam ser mais assertivos para o desenvolvimento se e quando inseridos na região e não mais “a partir de fora”, como proposto no passado (SOUZA FILHO, 2020, BARQUERO, 2002).

Segundo Becker e Wittmann (2008), o desenvolvimento próprio só é possível se potencializadas as especificidades sociais e culturais de cada região. Neste sentido, Bianchi (1996) afirma que este modelo de desenvolvimento regional tem se mostrado mais adequado à realidade da região em desenvolvimento, visto que não necessita de incentivos de investimentos em grandes estatais, mostrando-se ao mesmo tempo justo e competitivamente mais adequado.

Na busca desse entendimento, é que, em 2003, o Banco Mundial criou um documento, chamado de Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS3 – com o intuito de medir e entender estas diferenças regionais. Assim, utilizou o capital social como uma importante estratégia de redução das desigualdades sociais para selecionar projetos alternativos para as comunidades.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CAPITAL SOCIAL

Nesta mesma corrente de reflexão sobre desenvolvimento voltada para uma perspectiva endógena, Putnam (2000) tem se empenhado no sentido de propagar seus princípios. Afirma que, quanto maior a quantidade de capital social ativo disponível em uma sociedade, tanto maior será a probabilidade de desenvolvimento. Isso porque os laços de solidariedade, confiança interpessoal e sistemas de participação social são mais fortes do que os fatores exógenos. Expondo esse pensamento de desenvolvimento como um norteador, constata-se que o capital social se constitui como estratégia para diagnosticar as metodologias de intervenção social por meio de políticas públicas que pretendem promover o desenvolvimento. Este conceito possibilita realizar a reflexão sobre os aspectos socioculturais das comunidades como agentes promotores de ações conjuntas que, por sua vez, podem ser fomentadores do desenvolvimento e de modificações estruturais destas sociedades (BARBOSA NETO, 2016).

Em resumo, tais comunidades são formadas por uma performance própria, ou seja, possuem sua dinâmica própria regional, na qual, segundo Leite (1994, p. 26), acontece “a participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo participação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global”. Sendo assim, os processos de desenvolvimento passam rapidamente a depender das dinâmicas do envolvimento social de suas comunidades na resolução de conflitos para o desenvolvimento futuro, pois uma sociedade organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente, de forma a se tornar uma sociedade mais ativa e desenvolvida (BECKER; WITTMANN, 2008).

Neste alinhamento, o desenvolvimento de determinada região depende da combinação de elementos políticos, institucionais e sociais reunidos com o nome da capacidade social, mas, individualmente, estes não geram o desenvolvimento do progresso qualitativo, em que o cooperativismo vem sendo entendido como alternativa aglutinadora. Segundo Dominguez (2002), um verdadeiro milagre econômico, dentro do quadro geral de crescimento, vem sendo empregado pelas condutas praticadas por cooperativas. Viabiliza-se, então, a transição de um processo estacionário para um quadro de desenvolvimento, pois a cooperação e a união entre as pessoas presentes no ato cooperativista viabilizam a ampliação do autodesenvolvimento econômico e social, o que contrasta com o mundo na perspectiva capitalista.

COOPERATIVISMO

As bases para o desenvolvimento regional são formadas pelo capital humano e capital social, os quais se unem em relações cooperativas para formalizar estratégias institucionais, nas quais os atores sociais estabelecem relações estáveis que tornam ações compartilhadas em estratégias de inserção social (LOPES, 1979). Nessas relações cooperativas os indivíduos associam-se livremente para conseguir melhores condições econômicas, sociais, morais e cívicas, pois nestas relações o lucro não é a essência e, sim, a mutualidade e o associativismo. Corroborando esta ideia, Oliveira (2001) afirma que as cooperativas são organizações que promovem o desenvolvimento local, pois trabalham pelo crescimento e desenvolvimento sustentável ambiental, econômico, social e cultural das comunidades.

Neste contexto, Bittencourt (2000) explica que a cooperativa de crédito, mesmo sendo uma associação que desempenha as mesmas atividades de um banco, se distingue pela existência de associados, cuja remuneração em conta já é o suficiente para quitar suas próprias contas e o custo dividido entre seu quadro social.

História do cooperativismo

O termo cooperativismo deriva, segundo Aleixo *et al.* (2015), da palavra cooperação acrescida à natureza cultural e social. Ele proporciona o nascimento de uma doutrina que acaba por refletir no ambiente socioeconômico dos indivíduos compreendido por suas crenças e princípios doutrinários. Conforme nos relata Salles (2010), pode-se afirmar que cooperativismo é uma maneira de somar dentro de um vasto mundo de concorrência, preservando a força econômica e de vida das pessoas de um mesmo padrão e tipo que possuem objetivos comuns e as mesmas dificuldades.

Segundo informações extraídas do Portal do Cooperativismo de Crédito (2018b),

o cooperativismo é mais que um modelo de negócios, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

São vários os relatos sobre o início do cooperativismo no mundo, mas Pinho (1996) descreve que o início foi a união de 28 sócios pioneiros de Rochdale que, em 1844, tiveram a ideia de marcar época com estes sete princípios formadores da base filosófica do movimento cooperativista: livre admissão, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e étnica e desenvolvimento de ensino em todos os seus graus. Tais princípios do cooperativismo buscam desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de maneira criativa, justa e harmônica, proporcionando o reconhecimento do trabalho e oferecendo o ensejo do desenvolvimento da oportunidade de melhoria na qualidade de vida das pessoas por meio de um progressivo resultado econômico e desenvolvimento social.

Atualmente, os princípios passaram por algumas alterações pela *International Cooperative Alliance* (ACI), órgão mundial do cooperativismo, com sede em Genebra, na Suíça. Segundo o Portal do Cooperativismo, após estas redefinições os sete princípios são: adesão

livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação; formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade

Conforme Crúzio (2005), tais princípios atuam como norteadores do movimento cooperativista e contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária. Isso porque se identificam aqui os pontos em comum com a ideia inicial do movimento, a qual é pautada na cooperação e integração dos indivíduos. Estas ocorrem tanto pela valorização do trabalho quanto pelo fator capital social. Tanto pela participação de seus cooperados na gestão do empreendimento, quanto pela divisão dos lucros e também pela compensação das perdas ocorridas.

Nesse movimento, o cooperativismo, que teve sua origem na Europa devido a sua ascensão histórica, espalhou-se para outros países do mundo. Dando continuidade ao movimento, este passou a atuar nos diversos segmentos da sociedade e encontrou um terreno fértil para seu crescimento no sistema financeiro, incluindo as cooperativas de crédito.

O sistema cooperativo de crédito no Brasil

No Brasil, o cooperativismo de crédito aconteceu com a chegada dos imigrantes alemães e italianos, tendo como objetivo resolver problemas de acesso a crédito, produção e consumo. Criaram-se, neste cenário, sistemas para a instituição de um sistema de crédito cooperativo nos moldes daquelas organizações comunitárias que existiam em suas cidades e vilas de origem (BRANDÃO, 2010).

Hoje, o sistema de crédito brasileiro, segundo dados da OCB (2018), está em expansão e possui um papel importante na inclusão financeira do país, destacando-se que 43% destes associados não possuem conta em outras instituições financeiras. O sistema possui 929 cooperativas de crédito, conta com 8.941.967 associados, gerando 60.327 empregos diretos.

SISTEMA COOPERATIVO SICREDI

Segundo Schardong (2002), o precursor da reorganização do sistema foi Mário Kruel Guimarães, em 1980, quando este exercia o cargo de vice-presidente da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja – Fecotrigo. Tendo como modelos os países europeus, em que as cooperativas de crédito são as principais instituições a serviço das comunidades, é que ele defendeu e introduziu a proposta de fundar um sistema de crédito alternativo de financiamento a produtores rurais. “Nascia, a partir deste fato, no Rio Grande do Sul, o primeiro Sistema de Crédito Cooperativo, atualmente Sicredi – RS” (SHARDONG, 2002, p. 66). Este sistema possuía como princípio básico a ideia sistêmica de organização, no qual o processo de integração ocorre horizontal e verticalmente entre entidades de graus primeiro (Cooperativas de Crédito Singulares), segundo (Cooperativas Centrais de Crédito) e terceiro (Confederações e Bancos Cooperativos), fato este que gerou a interdependência. Esse projeto expandiu-se pelos principais Estados da Federação, dando suporte ao novo Cooperativismo de Crédito Brasileiro e merecendo sua homologação pelas autoridades na edição das normas próprias de regência.

Nos anos 90 as autoridades monetárias autorizaram a constituição dos Bancos Cooperativos. Nascia, aí, o Banco Cooperativo Sicredi – Bansicredi – este o primeiro banco cooperativo brasileiro, o qual proporcionou a união das Cooperativas de Crédito do País. Atualmente, segundo informações do Portal do Sicredi (2018), o sistema Sicredi possui 116 cooperativas de

crédito afiliadas espalhadas pelo país, com mais de 24,4 mil colaboradores e um total de 3,9 milhões associados (SCHARDONG, 2002).

Organização do quadro social Sicredi

Com objetivo de modernizar a gestão, o Sicredi criou o Planejamento Estratégico em 1999 para o triênio 2000/2002 com o objetivo de criar o Programa Organização do Quadro Social (OQS). Segundo informações do portal Crescer, o objetivo do Programa é proporcionar aumento no conhecimento e transparência da Cooperativa para o associado. Este informa atividades que a Cooperativa desenvolve e os produtos que são comercializados, como linhas de crédito e possibilidades de financiamento existentes, bem como oportuniza acesso a informações sobre o Sicredi e, sobretudo, sobre o despertar do associado como dono do próprio negócio na condição de associado.

O programa enaltece a participação do sócio nas reuniões de núcleo com a finalidade de proporcionar uma maior inserção do quadro social na instituição e a efetiva prática do princípio da transparência. Na prática, estes núcleos de associados nada mais são do que um agrupamento de associados, seja por bairros, vilas, linhas e ruas, em que cada núcleo é formado por um número de até 600 associados. Pode-se afirmar que onde existir uma Unidade de Atendimento, obrigatoriamente existirá pelo menos um núcleo de associados, onde ocorrem reuniões que visam ao desenvolvimento dos associados e a uma maior integração e transparência com a cooperativa.

METODOLOGIA

Classificação e delineamento da pesquisa

A pesquisa foi realizada na empresa Cooperativa de Crédito – Sicredi União – com sede em Santa Rosa-RS, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas aplicadas pela pesquisadora a 20 coordenadores de núcleo. Esta caracteriza-se como uma pesquisa de caso exploratório-descritiva por criar conhecimentos, analisar contextos específicos, relatar e entender as relações entre seus elementos componentes que possibilitam ao pesquisador uma familiaridade com o problema a ser investigado, levando em consideração o conhecimento. Como pesquisa exploratória, foi praticada em área que possui uma limitada compreensão do conhecimento concentrado e sistematizado, o qual possibilitou ao investigador uma familiaridade com o problema a ser investigado, levando em consideração o conhecimento adquirido (TRIVIÑOS, 1987; CERVO; BERVIAN, 2002).

Quanto à natureza, a pesquisa classifica-se como estudo de caso, por estar circunscrita a determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade (CERVO; BERVIAN, 2002), além de se constituir em princípios de investigação em caso único a partir do planejamento e coleta de dados (YIN, 2001). E, finalmente, o trabalho caracterizou-se, em sua essência, por uma pesquisa qualitativa, ou seja, buscou compreender e explicar o fenômeno social a partir de opiniões, crenças, valores e atitudes que buscaram descrever a complexidade do problema.

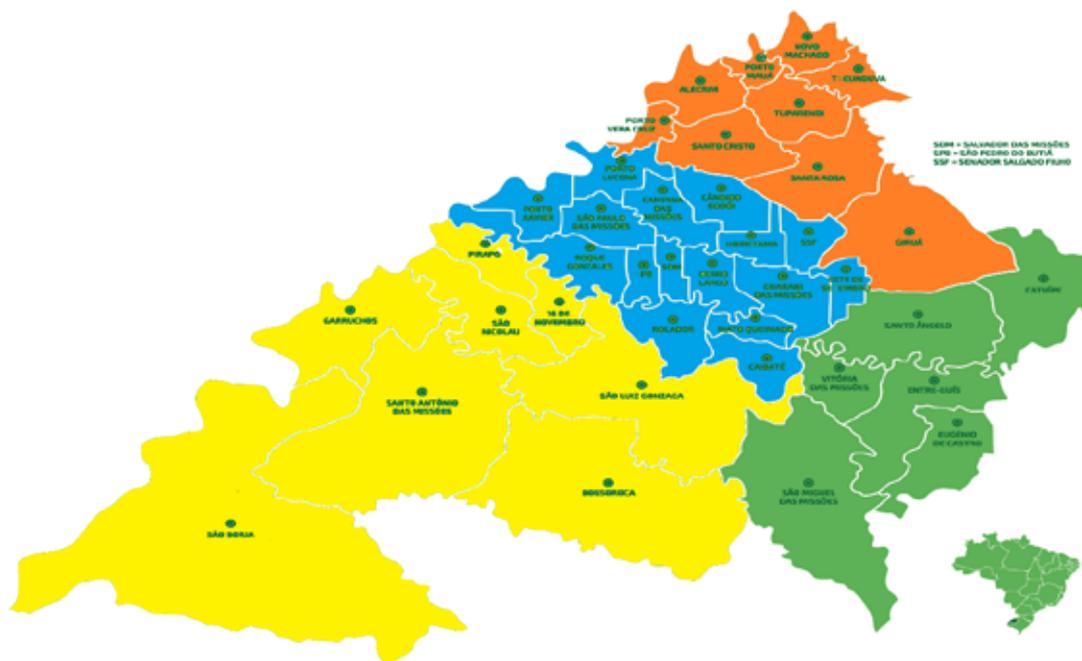
Durante o período de coleta foram entrevistados pessoalmente pela pesquisadora na forma presencial os 20 coordenadores dos núcleos de relacionamento. Neste sentido, dividiu-se

geograficamente o mapa em quatro microrregiões (Figura 1). A primeira compreendendo os municípios de São Borja, Santo Antônio das Missões, Bossoroca, São Luiz Gonzaga, Garruchos, São Nicolau, Pirapó e Dezesseis de Novembro. A segunda microrregião foi formada pelos municípios de Rolador, Mato Queimado, Caibaté, Porto Xavier, Porto Lucena, São Paulo das Missões, Roque Gonzales, São Pedro do Butiá, Salvador das Missões, Cerro Largo, Guarani das Missões, Sete de Setembro, Ubiretama, Senador Salgado Filho, Campinas das Missões e Cândido Godói. A terceira microrregião foi formada pelos municípios de Porto Vera Cruz, Alecrim, Porto Mauá, Novo Machado, Tucunduva, Tuparendi, Santo Cristo, Santa Rosa, Giruá e Candido Godói. A quarta microrregião foi formada pelos municípios de Catuípe, Santo Ângelo, Vitória das Missões, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro e São Miguel das Missões.

Após a divisão em microrregiões, analisou-se o perfil profissional dos coordenadores dos núcleos, cuja escolha foi referente à atividade desenvolvida, para então selecionar o maior número de respondentes distintos. O segundo critério para a seleção dos respondentes foi o tempo de experiência na função para se obter uma miscigenação temporal assertiva aos objetivos da pesquisa.

A entrevista foi feita a partir de um questionário semiestruturado a coordenadores de núcleo, no qual o respondente teve a liberdade de expressão em termos de suas crenças e opiniões, envolvendo questões relativas a quatro categorias: a) *sustentabilidade e desenvolvimento*; b) *capital social*; c) *transparência e comunicação* e d) *educação cooperativa* na organização da Cooperativa.

Figura 1 – Microrregiões



Fonte: Sicredi União: Relatório anual (2019).

As análises basearam-se em bases transversais das respostas, de forma que as narrativas procurassem evidenciar características da existência das categorias na Cooperativa de Crédito sob a percepção dos coordenadores de núcleos representativos dos associados. Neste viés, as

análises permitiram avaliar de forma triangular não apenas as respostas de forma isolada, mas também suas relações circunscritas às ideias de investigação, relacionando informações que convergissem ou divergissem, concernentes às categorias do objeto da pesquisa.

Caracterização da unidade – A Cooperativa Sicredi União-RS

A Cooperativa Sicredi União-RS tem como data histórica de sua fundação 13 de julho de 1913, na cidade de Cerro Largo RS, pelo precursor do cooperativismo na América Latina, o padre suíço Theodor Amstad, na então Colônia Serro Azul. Primeiramente, foi criada como Caixa Rural, atendendo às necessidades de crédito e poupança dos pequenos agricultores das Regiões Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul. Com o crescimento e o passar dos anos, a Cooperativa necessitou atuar com maior estrutura organizacional, de sistemas e produtos; assim, em 1992, ajudou a constituir e aderiu ao Sistema Sicredi, hoje presente em 22 Estados brasileiros.

Inicialmente, a cooperativa comercializava apenas dois produtos, captação e crédito, mas a partir da incorporação ao Sistema Cooperativista houve a diversificação no portfólio, como cartões de crédito, consórcios e seguros, mas, atualmente, já soma mais de 300 produtos ou serviços ofertados.

Com a alteração da legislação em 2005, o Sicredi passou a atuar com público urbano quando a pequena Cooperativa de Crédito Rural então se tornou uma cooperativa de livre admissão de associados. Novos desafios, contudo, apareceram, surgindo a necessidade de profissionalização, tanto das equipes quanto de seus dirigentes. Foi então que, em novembro de 2010, as três cooperativas de crédito, Sicredi Serro Azul, Sicredi Missões e Sicredi Grande Santa Rosa uniram-se e formaram uma grande cooperativa, hoje chamada Sicredi União RS, com área de atuação ilustrada na Figura 1.

Atualmente, a Sicredi União-RS atua na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente em 39 municípios, com 47 pontos de atendimentos, sendo eles: Cerro Largo, Guarani das Missões, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama, Bossoroca, Caibaté, Catuípe, Dezesesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Mato Queimado, Pirapó, Rolador, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, Vitória das Missões, Santa Rosa, Tuparendi, Santo Cristo, Cândido Godói, Alecrim, Porto Lucena, Campina das Missões, Giruá, Porto Vera Cruz, Porto Mauá, Tucunduva, Novo Machado e Senador Salgado Filho. A Figura 1 detalha a área de abrangência da Sicredi União-RS.

RESULTADOS

Perfil dos entrevistados

O coordenadores de núcleo (Quadro 1) identificaram-se por distintos gêneros e por praticarem diferentes profissões ou atividades, tendo a maioria Ensino Superior. Esta diversificação de gêneros e classes proporcionou usufruir ideias representativas de opiniões interdisciplinares, enriquecendo, assim, os objetivos da pesquisa. Realça-se que na realização das

entrevistas o entrevistador procurou retratar o quanto possível a sapiência tanto do coordenador como também deste com as percepções dos associados da cooperativa que este representava relativos ao foco da pesquisa.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

Sigla	Gênero	Idade	Profissão ou Atividade	Formação complementar	Microrregião*
A	F	41	Empresário	Ensino Superior	Primeira
B	F	58	Autônomo	Ensino Superior	Primeira
C	M	53	Empresário	Ensino Superior	Primeira
D	M	41	Advogado	Ensino Superior	Primeira
E	F	37	Comerciária	Ensino Médio	Primeira
F	F	44	Servidor	Ensino Superior	Segunda
G	M	46	Contador	Ensino Superior	Segunda
H	M	46	Agricultor	Ensino Superior	Segunda
I	M	37	Servidor	Ensino Superior	Segunda
J	F	44	Agricultor	Ensino Médio	Segunda
K	M	56	Gerente	Ensino Superior	Terceira
L	M	64	Agricultor	Ensino Superior	Terceira
M	M	64	Pastor	Ensino Superior	Terceira
N	F	56	Contador	Ensino Superior	Terceira
O	F	60	Agricultor	Ensino Superior	Quarta
P	M	58	Aposentado	Ensino Superior	Quarta
Q	M	30	Gerente	Ensino Superior	Quarta
R	M	67	Empresário	Ensino Superior	Quarta
S	M	38	Servidor	Ensino Superior	Quarta
T	F	42	Agricultor	Ensino Médio	Quarta

* (Fig. 1).

Fonte: Dados da pesquisa.

Percepção dos entrevistados

As percepções concentraram-se nas quatro categorias envolvendo a percepção dos entrevistados com a cooperativa e cooperativados:

Sustentabilidade e desenvolvimento

Os coordenadores entendem que tanto eles como os associados percebem a importância da cooperativa e dos princípios do cooperativismo como um agente de desenvolvimento local e regional. Esta constatação converge com o Portal do Cooperativismo, quando prevê que o sistema cooperativo é um dos melhores mecanismos de distribuição de renda regional e que estimula e equaliza um contexto econômico assertivo. Esta realidade reflete-se em acréscimos na renda e ganho para os associados e representa melhorias e investimentos em seus patrimônios e desenvolvimento nas comunidades nas quais estão suas raízes. Esta percepção também é ratificada por Oliveira (2001) quando afirma que as cooperativas são organizações que promovem o desenvolvimento local e regional, pois trabalham pelo crescimento e desenvolvimento sustentado das comunidades nas quais atuam.

Capital social

Com relação ao capital social, a cooperativa aumenta a existência de confiança entre seus membros. Nesse alinhamento, a cooperativa é percebida como um agente interativo pela realização de projetos sociais, a exemplo das parcerias e programas com o objetivo de desenvolver comunidades locais e regionais, gerando processos de sinergia entre seus membros. Putnam (1996) também afirma que os traços da vida social – redes, normas e confiança – facilitam a ação conjunta em prol dos objetivos comuns, nas quais a confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros de uma forte tradição comunitária.

Transparência e comunicação

Ao analisar as falas dos entrevistados, percebeu-se carência de transparência aliada à comunicação mais efetiva entre estes e a cooperativa para que esses exercessem seu papel de forma mais eficiente dentro do quadro social de associados. Corroborando este pensamento, Schneider (2003) argumenta que se a informação disponibilizada aos associados pelos dirigentes for muito limitada, estes irão questionar a gestão, incorrendo em receio e desconfiança na relação entre associados e cooperativa, o que acarreta a diminuição dos produtos e serviços entregues a eles. Ainda sobre a importância das informações no âmbito da cooperativa, Zylbersztajn (2002) destaca que quando se refere a cooperativas, a informação orientada aos associados faz-se mais significativa, pelo fato de esta ser classificada como ativo mais relevante e representativo da organização.

Nesta convergência, Macedo, Sousa e Amodeo (2014) afirmam que os processos de comunicação promovem maior envolvimento, confiança e socialização entre os cooperados.

Educação cooperativa

Observou-se que a índole de a “União Faz a Vida” influi no fomento à existência de ampliação para que os ideais cooperativistas sejam difundidos em escolas, parcerias com associações comerciais, síndicos e hospitais, sobre campanhas de cooperação com a economia local envolvendo o Fundo Social e convênios com as prefeituras. Nessa convergência, sistemas educativos poderiam estimular projetos com apenados, incentivo à permanência do jovem no interior, incentivos ao empreendedorismo em áreas de piscicultura e apicultura e projetos de treinamentos para os profissionais liberais e promoção de eventos.

Pelo fomento à disponibilização de cursos, o sistema de cooperativas é assertivo à medida que gera empregos, pois oferece vários projetos voltados à comunidade, como Vida & Saúde; sustentabilidade ambiental, projetos de reflorestamento e de energia limpa; eventos culturais e a promoções para a aproximação das famílias dos associados por meio de grupos educacionais.

Esta constatação está amparada pelo quinto princípio do cooperativismo, o da educação, formação e informação, pois, para a sustentabilidade do sistema, este exige que seus atores, representados pelos sócios, dirigentes (conselheiros e diretores), trabalhadores, bem como pelos coordenadores de núcleo, contribuam eficazmente para o desenvolvimento dos cooperados e, por este motivo, promovam a educação e formação de seus membros (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2018b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs-se a responder de que forma o cooperativismo e, em especial a Cooperativa de Crédito – Sicredi União – estimula o desenvolvimento do capital social e sua contribuição para o desenvolvimento local e regional a partir do fomento do sistema cooperativista. Nesta convergência, a Cooperativa de Crédito – Sicredi União – por meio da triangulação dos dados a partir das categorias e laços que possui com seus associados, ratificados pelos coordenadores de núcleos da Cooperativa de Crédito, ficou explícita a alternativa na formação e fortalecimento do capital social, uma vez que os princípios cooperativistas estiveram presentes de forma transversal nas quatro categorias: a) *sustentabilidade e desenvolvimento*; b) *capital social*; c) *transparência e comunicação* e d) *educação cooperativa*.

As evidências circunscritas às análises realizadas permitiram que a Cooperativa de Crédito Sicredi do Alto União se constituísse em instrumento do desenvolvimento das comunidades locais a partir de atividades cívicas, além de promover o desenvolvimento sustentável e ações profícuas voltadas ao comprometimento social e cultural dos associados. Esta inferência é fruto das percepções dos coordenadores de núcleos da cooperativa, que ratificaram a existência de relacionamentos sociais e aumento da confiança entre os associados, além de promover o desenvolvimento sustentável, embora tenham se verificado carências relativas a melhorias em sistema de transparência e de comunicação.

Igualmente a cooperativa é percebida pelo quadro social como uma entidade que promove o desenvolvimento regional, sendo relevante a equalização econômica e a organização de seus associados. Esta gera externalidades em habilidades e empregos pelos projetos comunitários com ênfase na melhoria da educação, saúde e meio ambiente, e também na criação de projetos de reflorestamento, incentivos à energia limpa e projetos culturais, os quais promovem a aproximação das famílias dos associados em grupos educacionais e em atividades cívicas.

À guisa de uma conclusão, pode-se inferir, segundo Bandeira (2000), que aspectos da vida comunitária, aparentemente sem relevância econômica direta, começam a ter destaque para explicar o desenvolvimento, pois são capazes de fortalecer laços e aproximar os membros de uma comunidade, proporcionando a colaboração mútua. Nesse sentido, as cooperativas de crédito vêm auxiliando as comunidades nas quais estão inseridas, pois estimulam valores como interesse pela comunidade, cooperação entre seus associados e ajuda mútua, além de estimular a confiança entre seus membros. Enfim, Webering (2020, p. 579) menciona que empreendimentos cooperativos perpassam pelo “quadro institucional cooperativo para que se desenvolvam fontes isomórficas congruentes deste modelo”.

Realça-se que a Cooperativa Sicredi União-RS faz parte do sistema financeiro nacional como sendo uma cooperativa de crédito integrante do Sistema Sicredi. Este se constitui como alternativa à participação dos seus membros, realizando ações para que ocorra fortalecimento do desenvolvimento local e regional. Rovani *et al.* (2020) relacionam o cooperativismo com a possibilidade de redução de processos excludentes do modo de produção capitalista.

Em relação às limitações da pesquisa e levando em consideração a sua natureza, pode-se afirmar que, por mais apropriado que tenha sido o método, esta se circunscreveu a uma Cooperativa de Crédito e, portanto, suas conclusões são restritas ao campo de estudo. Outro fator a ser considerado como limitante é que as entrevistas foram realizadas presencialmente

com os coordenadores de núcleo, que, embora tenham uma visão abrangente e diretiva em seus núcleos e que considerem a visão do associado, não necessariamente refletem na sua essência a opinião do conjunto dos associados, uma vez que a Cooperativa hoje conta com mais de 144 mil associados. Levando-se, pois, em consideração as limitações mencionadas, recomenda-se que este estudo seja conduzido e aplicado a uma amostra de associados que possam refletir dentro do próprio campo estes e outros dados de forma a ampliá-los e aprofundá-los.

REFERÊNCIAS

- ALACARAZ, Marcos C.; MONTEAGUDO, Inmaculada C.; TORNO, Francisco S. El papel de las cooperativas de crédito en el sostenimiento de la España vaciada a través del capital social. *Revesco: Revista de Estudios Cooperativos*, v. 138, n. 2, 2021.
- ALEIXO, Andreia Duarte *et al.* O cooperativismo de crédito: estratégias de fidelização dos associados para a sustentação do negócio rural. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 35., 2015, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Enegep, 2015. p. 1-15.
- ÁVILA, V. F. de. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudos em grupos e conceitos*. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.
- BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (org.). *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. V. 1.
- BARBOSA NETO, Nilson Araújo, José Ambrósio Ferreira. O capital social e sua contribuição para o desenvolvimento das regiões rurais. *Revista Brasileira Multidisciplinar – ReBraM.*, v. 19, n. 1, jul. 2016.
- BARQUERO, Antonio V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE; UFRGS, 2002.
- BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton L. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- BIANCHI, Patrizio. Nuevo enfoque en el diseño de políticas para las PYMEs: aprendiendo de la experiencia europea. Buenos Aires: Cepal, 1996. (Documento de trabajo, n° 72).
- BITTENCOURT, Gilson A. Cooperativismo de crédito solidário: constituição e funcionamento. São Paulo: ADS/CUT, 2000. Disponível em: <http://www.nead.org.br>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- BOFF, Vilmar A. *Turismo e desenvolvimento regional: um estudo comparado de duas regiões turísticas do Estado do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 31, p. 2-3, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986.
- BRANDÃO, S. *Cooperativismo de crédito rural: a CRESOL de Cerro Azul no Vale do Ribeira – PR. 2010. 78 f.* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.
- CARNIELLO, M. F. Interfaces entre a comunicação e os estudos das regiões sob a perspectiva do desenvolvimento. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, 23., 2010. Caxias do Sul. *Anais [...]*. Caxias do Sul, RS, 2010.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Alcino. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- COLEMAN, J. *Foundations of social theory*. Cambridge, Mass: Harvard University, 1990.
- COLEMAN J. S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v 94, p. S95-S120, 1988.
- CUNHA, VIVIANE C. DA ET AL. Análise dos princípios do cooperativismo aplicados nas cooperativas de crédito: um estudo de caso na cooperativa do sistema Sicredi. SIMPÓSIO DE TECNOLOGIA, SITEFA, 3., Sertãozinho, 2020. *Anais [...]*. Sertãozinho, SP, 2020.
- CRESCER.SICREDI.COM.BR. Disponível em: https://crescer.sicredi.com.br/metodologias_cooperativas. Acesso em: 7 jun. 2020.

- CRÚZIO, Helnon de Oliveira. *Como administrar e organizar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- DOMÍNGUEZ, Juan Marquez A. Empleo y nuevas tareas rurales para el desarrollo local. *Investigaciones Geográficas*. núm. 29, pp. 57-69, septiembre-diciembre, 2002.
- FRANCO, A. de. *Capital social*. Brasília: Millennium, 2001.
- FUKUYAMA, F. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- HIRSCHMAN, Albert O. Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 13, n. 1, abr. 1983.
- LEITE, M. A. P. *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- LEWIS, W. Artur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH S. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- LOPES, A. S. Desenvolvimento regional: problemas e estratégias para uma política de desenvolvimento em Portugal. In: Fundação Calouste Gulbenkian. *Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa*. Desenvolvimento Regional: problemática, teoria, modelos, 1979. p. 587-622
- LUCHMANN, L. H. H. Capital social, sociedade civil e democracia deliberativa. *Redes*, v. 8, n. 3, p. 105-130, 2003.
- MACEDO, Alex dos Santos; SOUSA, Diego Neves; AMODEO, Nora B. Treano. A organização do quadro social na interface entre gestão empresarial e social de cooperativas. *Desenvolvimento em Questão*, v. 12, n. 26, 2014.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *De máquinas a seres vivos: autopoiese, a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MOIGNE, Le J. *A teoria do sistema geral*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- NURSKE, Ragnar. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 4 dez. 2018.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática*. São Paulo: Atlas, 2001. 318 p.
- OSTROM, E. Collective Action and the Evolution of Social Norms. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 3, p. 137-158, 2000.
- PINHO, D. B. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Coleção Burity, 1966.
- PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>. Acesso em: 4 dez. 2018a.
- PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Acesso em: 5 dez. 2018b. Disponível em: <https://www.cooperativismodecredito.coop.br/tag/cooperativismo-de-credito/>
- PORTAL DO PROGRAMA CRESCER. Disponível em: <https://crescer.sicredi.com.br/colecao>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- PORTAL DO SICREDI. Disponível em: https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/quem-somos/?utm_source=menu_topo&utm_medium=topo_site&utm_campaign=quem_somos. Acesso em: 4 dez. 2018.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PUTNAM, Robert. *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New York: Simon & Schuster, 2000.
- PUTNAM, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University, 1993.
- RIST, Gilbert. Development' as a part of the modern myth: The western "socio-cultural dimension" of "development". *The European Journal of de development, Research*, p. 10-21, Published on-line: 4 Dec. 2007.
- ROVANI, Bruno P. et al. Desenvolvimento socioeconômico e cooperativismo de crédito no município de Concórdia-SC. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 18, n. 52, 2020.

- SALLES, João Eder. Cooperativismo: origens e evolução. *Revista de Gestão e Engenharia*, Minas Gerais, v. 1, p. 1-7, jan. 2010.
- SCHARDONG, A. *Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade*. Porto Alegre: Rigel, 2002. 128 p.
- SCHNEIDER, J. O. (org.). *Educação cooperativa e suas práticas*. Brasília: Unisinos, 2003. p. 195-205.
- SICREDI. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. *A UNIÃO DE FORÇAS PARA CRESCER*. 2. ED. PORTO ALEGRE: SICREDI, 2011.
- SICREDI UNIÃO. *Relatório anual 2019*. Disponível em: https://www.sicredi.com.br/media/coop/filer_public/2020/12/02/relatorio-anual-2019.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.
- SILVA, Avelino D.; NELSON, Aline V. Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Ramos. Do desenvolvimento como crescimento econômico ao desenvolvimento como liberdade: a evolução de um conceito. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 16, n. 42, p. 42-71, 2018.
- SILVA, Fernanda R.; CRUBELLATE, João M. Complexidade institucional em cooperativas de crédito: um estudo de caso. *Revista Gestão & Conexões*, v. 8, n. 1, p. 7-23, 2019.
- SOUSA, Letícia Pulcides de. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 2, p. 1-7, abr. 2005.
- SOUZA, FILHO, J. R. *Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação*. Disponível em: http://hdrnet.org/587/1/Links%20BQ/68_Desenvolvimento_regional_endogeno_capital_social_coopera.pdf. Acesso em: set. 2020.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2005.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- WEBERING, Susan I. Cooperação cooperativa: o ser, o fazer e o devir. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, n. 6, p. 567-381, 2020.
- YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.
- ZYLBERSZTAJN, Décio. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (org.). *Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias*. Viçosa: Editora UFV, 2002.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0